



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Curso de Curso de Mestrado em Direito e prática jurídica  
Especialidade de Direito administrativo, Recursos naturais e da Energia

Unidade curricular

Direito dos recursos naturais e das energias renováveis

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Gouveia e Freitas Martins/ 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O objetivo da disciplina consiste em proporcionar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos essenciais para a sua formação académica e actividade profissional num domínio que assume importância nuclear e crescente no plano nacional e mundial. A dispersão legislativa e a sucessão de regimes legais em matéria de recursos naturais e energias renováveis, com manutenção de regimes transitórios, suscitam sérias dificuldades de apreensão do próprio quadro legal vigente, pelo que constitui uma disciplina em que a orientação do estudo se afigura essencial para que os interessados em pesquisar e trabalhar nesta área possam estar aptos a lidar com as principais questões jurídicas suscitadas e as construções dogmáticas mais recentes, fornecendo-lhes um quadro teórico de referência com uma forte componente prática.

Conteúdos programáticos

### *I. Introdução*

1. Noção de recursos naturais e classificações.
2. Conceito de energias renováveis e distinção de energias alternativas.
3. Tipologia de energias renováveis. Vantagens e desvantagens da energia hídrica, eólica, solar, ondas, geotérmica, biomassa, biogás e biocombustíveis
3. Relevância do sector dos recursos naturais e das energias renováveis

### *II. A dominialidade dos recursos naturais*

1. Introdução ao conceito de domínio público, domínio privado e propriedade privada.
3. Os recursos naturais e a sua articulação com os bens classificados de domínio público: âmbito e limites
2. Análise do regime jurídico geral do domínio público e privado e formas de utilização do domínio público. Articulação com regimes especiais do domínio público.

### *III. Enquadramento geral do regime das energias renováveis*

1. Breves considerações sobre o quadro internacional e comunitário das energias renováveis
2. Evolução do quadro legislativo nacional das energias renováveis
3. A política do fomento das energias renováveis no Direito comunitário e a programação política nacional.

### *IV. Organização e funcionamento da produção de energia a partir de fontes renováveis*

1. A evolução do sector eléctrico português: dos primórdios ao processo de liberalização do mercado de energia eléctrica e inserção em mercados de maior dimensão, nomeadamente o MIBEL e o mercado único da União Europeia.
2. Quadro geral do regime vigente que regula a actividade de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e gestão de mercados organizados
3. Os procedimentos autorizativos da produção de electricidade em regime especial: a licença de produção e a comunicação prévia. Regime legal.
4. A remuneração garantida dos produtores em regime especial (tarifas feed-in). Linhas de evolução. A questão da sua



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

recondução ou não ao regime dos auxílios do Estado.

5. Dualismo do sistema vigente de remuneração da actividade de produção em regime especial :regime de remuneração garantida e regime geral da produção ordinária
6. A redução e supressão dos regimes de remuneração garantida: conformidade constitucional e legal
7. O regime das centrais eólicas
8. O regime da produção de electricidade a partir da energia das ondas
6. O regime das centrais fotovoltaicas
7. O regime das centrais míni-hídricas
8. O regime das centrais dedicadas a biomassa florestal (Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de Janeiro)
9. O regime dos biocombustíveis

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As temáticas integrantes do conteúdo programático são adequadas à prossecução dos objetivos subjacentes à presente unidade curricular ao disponibilizarem e fomentarem a divulgação e aprofundamento das questões e temáticas essenciais do regime jurídico dos recursos naturais e das energias renováveis

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas serão teórico-práticas, implicando por isso, a par de uma exposição teórica inicial feita pela regente, a participação informada e construtiva dos alunos. Para o efeito, serão disponibilizados os elementos bibliográficos e jurisprudenciais necessários ao acompanhamento da matéria para cada aula de modo a promover a discussão e a análise crítica dos elementos previamente estudados. Os estudantes serão também convidados a aprofundar determinados temas, elaborando sobre os mesmos trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo que serão posteriormente apresentados nas aulas e que poderão servir de base para a ulterior elaboração do relatório escrito. Serão ainda realizados debates nas aulas sobre os temas mais controversos e sensíveis relativos às matérias constantes do programa

. A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Apresentação oral de temas do programa e intervenção nas aulas e em debates (25%);
- Relatório escrito (25%);
- Exame escrito (50%)

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino, baseadas na exposição, aprofundamento e debate de temas visam estimular a investigação, o espírito crítico e a construção dogmática e são aptas a lançar pistas de investigação para os alunos desenvolverem, preparando-os para a feitura da tese de mestrado

- a) A realização de exposições temáticas procura aperfeiçoar as capacidades orais de apresentação de temas em público;
- b) A intervenção nas discussões, questionando, problematizando e criticando, visa desenvolver o espírito crítico e as capacidades de reação argumentativa e contra-argumentativa;
- c) Os trabalhos escritos, em termos complementares, visam desenvolver a forma de expressão de ideias e o aprofundamento fundamentador de posições assumidas, habilitando a introdução de técnicas metodológicas que permitam aos alunos apresentar a dissertação de mestrado.

Bibliografia principal

AAVV, coord. CARLA AMADO GOMES, *O Direito da Energia em Portugal: cinco questões sobre o "estado da arte"*, e-book do ICJP, 2016 disponível in [http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook\\_energia\\_2016\\_icjp\\_pt.pdf](http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_energia_2016_icjp_pt.pdf)

AAVV, coord. SUZANA TAVARES DA SILVA, *Estudos de Direito da energia* n.º 0, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014, edição da Imprensa da UC de 2017, em particular, os seguintes artigos:

- ARAGÃO, ALEXANDRA *Energia renovável sustentável: como superar o paradoxo energético*, op. cit., pp. 233 e ss.
- CARVALHO, ANA CELESTE *Uma relação pouco harmoniosa: o Ambiente e as actividades de Produção, Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica*, op. cit., pp. 259 e ss.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- GARCÍA, GEMMA PATÓN, *Sostenibilidad Ambiental y Financiera: La Revisión de la Fiscalidad de Energías Renovables en España*, op. cit., pp. 131 e ss
- MONIZ, ANA RAQUEL *Energia e Fontes Renováveis. A Produção de Energia Elétrica a Partir de Recursos Hídricos Revisitada*, op. cit., pp. 361 e ss
- SOARES, CLÁUDIA DIAS *O apoio às energias renováveis em Portugal: Uma política insustentável*, op. cit., pp. 293 e ss
- SILVA, SUZANA TAVARES DA /MARTA VICENTE, *A nova política europeia em matéria de energias renováveis e a protecção dos investidores*, op. cit., pp. 321 e ss.
- VIOQUE, ROBERTO GALÁN, *El ocaso de las energías renovables en España. La quiebra del modelo español de fomento de las energías renovables*, op. cit pp. 41e ss.

AAVV, coord. CARLA AMADO GOMES/TIAGO ANTUNES, *Actas do Colóquio - Ambiente & Energia*, e- book do ICJP, 2011 disponível in [https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/ebook\\_ambienteenergia\\_completo\\_isbn.pdf](https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/ebook_ambienteenergia_completo_isbn.pdf) em particular, o seguintes artigos:

- GOMES, CARLA AMADO, *Os biocombustíveis no Direito da União Europeia*
- MACHETE, RUI CHANCERELLE DE, *Estabilidade do sistema remuneratório das centrais eólicas*
- FERRÃO, MARISA CAETANO, *A produção de energia em ambiente marinho*
- LANCEIRO, RUI, *Regime jurídico da co-geração*
- AMARO, ANTÓNIO LEITÃO, *Regime jurídico da micro-geração*

AAVV., *Temas de Direito da Energia*, n.º 3, Cadernos O Direito, Coimbra, Almedina, 2008, em particular, os seguintes artigos:.

- MONIZ, ANA RAQUEL GONÇALVES, *Energia eléctrica e utilização de recursos hídricos*
- GOMES, CARLA AMADO, *O regime jurídico da produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis: aspectos gerais*
- GONÇALVES, PEDRO, *As concessões no sector eléctrico*
- MIRANDA, JOÃO, *O regime jurídico de acesso às actividades de produção e de comercialização no sector energético nacional*
- SARAIVA, RUTE/ NUNO ALEIXO, *Energia e desenvolvimento sustentado. O caso das energias renováveis e da eólica em especial em Portugal*
- SILVA, SUZANA TAVARES DA, *O MIBEL e o mercado interno da energia*

AAVV, *El sector eléctrico en España. Competencia y servicio público*, coord. Maria Asunción Torres López, Estanislao Arana García, Leonor Moral Soriano, Granada, Comares, 2007.

ABECASIS, DUARTE/FREITAS, LOURENÇO VILHENA DE. "A inconstitucionalidade da aplicação da Portaria n.º



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

243/2013, de 2 de Agosto aos centros electroprodutores em regime especial sujeitos a regimes de remuneração garantida anteriores ao Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de Outubro” in E-pública Revista Electrónica de Direito Público, número 1, 2014, disponível em <http://e-publica.pt/>

ANASTÁCIO, GONÇALO, “Regulação da Energia”, in *Regulação em Portugal: novos tempos, novo modelo?* (coord. Eduardo Paz Ferreira, Luís Silva Morais, Gonçalo Anastácio), Coimbra, 2009, pp. 301-391

FREITAS, LOURENCO VILHENA DE, *Direito Administrativo da Energia – Introdução*, AAFDL, 2013.

GOMES, CARLA AMADO. “O regime jurídico da produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis: aspetos gerais”, in *Temas de Direito da Energia*, Cadernos O Direito n.º 3, Almedina, 2008.

GOMES, CARLA AMADO/RAQUEL FRANCO/DIOGO CALADO, *Energias Renováveis em Portugal: Evolução e perspectivas*, in E-pública Revista Electrónica de Direito Público, número 1, 2014, disponível em <http://e-publica.pt/>

GONÇALVES, PEDRO, “Direito Administrativo da Regulação”, in *Regulação, Electricidade e Telecomunicações. Estudos de Direito Administrativo da Regulação*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pp. 7 e ss..

MACHETE, RUI, “O domínio público e a rede elétrica nacional”, in *Estudos de Direito Público*, Coimbra: Coimbra Editora, 2004, pp. 207 e ss.

SILVA, SUZANA TAVARES DA – *Direito da Energia*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012.

SILVA, SUZANA TAVARES DA, “O Uso de Recursos Renováveis na Energia. A revisitação do princípio jurídico-constitucional da protecção da confiança legítima dos investidores a pretexto dos modelos de financiamento da produção de energia eléctrica a partir de FER”, in AAVV, Coord. SUZANA TAVARES DA SILVA., *Desafios Actuais em Matéria de Sustentabilidade Ambiental e Energética*, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 73-95.

SILVA, SUZANA TAVARES DA, “O princípio da sustentabilidade económica e financeira do sistema eléctrico liberalizado sob regulação especial”, *Actas del XI Colóquio Hispano-Portugués de Direito Administrativo*, 2015, pp. 93-112.

SILVA, SUZANA TAVARES DA, “Sustentabilidade energética: entre os direitos subjectivos e a juridicização das políticas públicas”, in AAVV, coord. ISABEL MARIA FREITAS VALENTE/ ANA MARIA REIS RIBEIRO, *Ambiente, Energias e Alterações Climáticas – III. Ambiente e desenvolvimento sustentável. A nossa escolha, o nosso futuro!*, n.º 3 da Coleção Ambiente, Energias e Alterações Climáticas, coord. de Isabel Maria Freitas Valente e Ana Maria Reis Ribeiro. Aveiro (artigo disponível *on line*)

SILVA, SUZANA TAVARES DA / SOARES, CLÁUDIA DIAS – *Direito das Energias Renováveis*, Coimbra, Almedina, 201

VIOQUE, ROBERTO GALÁN, *El uso de recursos renovables en la energia*, in AAVV, Coord. SUZANA TAVARES DA SILVA., *Desafios Actuais em Matéria de Sustentabilidade Ambiental e Energética*, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 97-124

## Curricular unit sheet

Course \_\_\_\_\_

Curricular unit

(maximun 1000 characters)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximum 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Syllabus

(maximum 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximum 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximum 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximum 3000 characters)

Main Bibliography

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.